

Propostas modernizam Estado

BRASÍLIA — O relatório final da CPI do Orçamento traduz bem o que senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) chama de "o fim do começo". Além de pedir a cassação de 18 acusados, as recomendações apresentadas pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE) não se limitam a corrigir "falhas estruturais", mas avançam na direção de equipar o Estado de mecanismos modernos de controle, não só para punir como também para evitar a repetição dos fatos denunciados por José Carlos Alves dos Santos e confirmados pelas subcomissões da CPI.

"É preciso mudar a estrutura do Poder, tanto no âmbito legislativo quanto na organização própria do Executivo", afirma o relator. Entre as

recomendações destacam-se a quebra do sigilo bancário e fiscal dos eleitos para cargos públicos, o fim das subvenções sociais e a reformulação dos mecanismos de elaboração do orçamento da União. "É preciso questionar os métodos e processos de funcionamento da máquina governamental e cobrar produtividade e objetividade", destaca Magalhães.

Todo escrito em tom de alerta, o documento adverte ser necessário "eliminar as práticas nocivas de inclusão clandestina e ilegítima de projetos de interesse restrito, que ora definem o gasto público de forma anti-democrática e sem observância das verdadeiras prioridades sociais". Para isso, além de propor o fim da "orgia dos prazos", que fazem

com que orçamentos sejam votados "em sessões que entram pela madrugada, com reduzido quorum e poucas testemunhas das barbaridades que se praticam", o relatório recomenda que as propostas orçamentárias, incluindo o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, sejam elaboradas em conjunto pelo Executivo e Legislativo.

O relator incluiu no documento várias propostas de mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a fixação de dotações para cada Ministério ou setor da administração pública e a extinção da Comissão Mista de Orçamento e Fiscalização, que seria substituída por uma Comissão Mista de Sistematização Orçamentária, com atribuições a serem definidas pelo regimento interno do Congresso. Entre as inovações, a CPI propõe que apenas sejam aceitas as emendas de autoria de comissões, bancadas ou partidos políticos, com valores fixados por meio de critérios de proporcionalidade.

Classificadas pelo relator como "um caminho aberto às diferentes modalidades de corrupção", as subvenções sociais devem acabar sob o argumento de que a União já conta com vários órgãos voltados à ação social, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). As entidades idôneas eventualmente não atendidas diretamente por esses órgãos, seriam assistidas por Estados e municípios com verbas originárias do repasse tributário.